Meio ambiente

Brasil avança em ambiente adverso

Carlo Lovatelli*

MAIS UMA vez, colhemos resultados decepcionantes na última Conferência do Clima. O consenso possível, na COP 18, no início de dezembro, em Doha, foi a extensão do moribundo Protocolo de Kyoto de 2012 para 2020.

Único documento legal, pactuado em 11 de dezembro de 1997, no âmbito das Nações Unidas, para combater o aquecimento global, o Protocolo ganhou sobrevida, mas isso terá poucos efeitos práticos sobre o clima. Isso porque, nesta segunda fase, a partir de 2013, não contará com a participação de Japão, Canadá e Rússia, que alegam ter chegado a vez de grandes economias emergentes, lideradas por China e Índia, comprometerem-se com metas para limitar o crescimento de emissões de gases estufa. Após a reunião de Doha, ficarão no Protocolo de Kyoto apenas países da União Europeia e a Austrália, que respondem por 15% das emissões totais do planeta. Os EUA, que produzem 36,1% das emissões, não são signatários do documento.

Alguns países desenvolvidos, sobretudo da Europa, fizeram a sua parte e reduziram emissões, além de ser favoráveis a um segundo período do Protocolo.

A ausência, no Protocolo de Kyoto, dos países mencionados pode dificultar a definição dos novos caminhos para evitar que a temperatura do planeta suba além de 2 graus Celsius (2ºC) nos próximos anos. Esse limite de aquecimento é um compromisso firmado entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento para minimizar os prejuízos provocados pelas mudanças do clima.



SXC.HU

Recordemos que Kyoto estabeleceu, em sua origem, que as trinta e cinco nações industrializadas signatárias deveriam reduzir, entre 2008 e 2012, as emissões de gases estufa em 5,2%, em relação ao nível de 1990, mas isso não ocorreu, porque faltou o desempenho dos EUA. Os países em desenvolvimento e os emergentes, entre eles o Brasil, não têm compromisso nos termos de Kyoto. E, pela falta de acordo em Doha, continuarão sem a obrigação legal de cumprir metas.

Mas o Brasil tem feito avanços nesse quesito de forma voluntária, esforço muito mais ambicioso que tem recebido reconhecimento internacional.

Em paralelo à COP 18, o ministro norueguês do Meio Ambiente, Bard Vegar Solhjell, anunciou que o seu país irá contribuir com outros US$ 180 milhões para o Fundo Amazônia, além da contribuição total de US$ 670 milhões. A doação deve-se à diminuição do desmatamento no Brasil em 2011, que, segundo o ministro, "representa uma gigante contribuição à comunidade global em termos de redução nas emissões de gases estufa.".

O diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner, também elogiou o Brasil: "é o país que conseguiu obter os melhores resultados na redução de emissões de gases do efeito estufa e o que mais está trabalhando para reduzir o aquecimento global.".

Novas tentativas de chegar, até 2015, a um pacto global de redução de emissões,

Estamos bastante avançados

O Brasil apresentou duas boas notícias neste ano: quase atingiu a meta voluntária de reduzir o desmatamento em 80% oito anos antes do prazo (2020); e diminuiu as emissões de gases do efeito estufa, que caíram 35% desde 2005, enquanto, em todo o mundo, houve aumento de 9%.

Ao atingir 76,27% de queda no desflorestamento, falta ao Brasil apenas uma redução de mais 4% para atingir o objetivo que, em área, equivale a 3,9 mil km² anuais. Ao dar a informação, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, comemorou: "Ouso dizer que esta é a única boa notícia ambiental que o planeta teve neste ano, do ponto de vista de mudanças do clima. Em relação aos compromissos de metas voluntárias de redução de emissões, estamos bastante avançados".

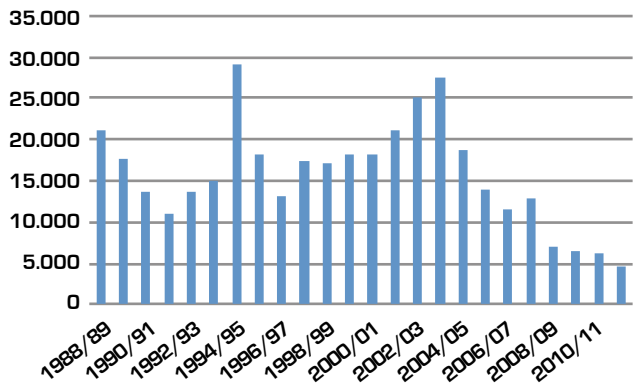
O compromisso da meta voluntária de redução do desflorestamento consta da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 1.2187/2009), que prevê também reduzir as emissões projetadas de gases do efeito estufa entre 31,6% e 38,9% até 2020.

O controle do desmatamento foi o único responsável pela queda nas emissões brasileiras. O corte de florestas vem caindo desde 2005 e chegou, em 2012, à menor taxa já registrada, com menos de 5 mil km² desmatados.

Isso se deve ao fortalecimento da governança ambiental brasileira, que junta esforços do Governo e do setor privado. Desde 2005, têm sido adotadas medidas de combate ao desmatamento ilegal no País. Entre elas, citam-se a Moratória da Soja, o Zoneamento Ecológico-Econômico dos estados, a lista de áreas embargadas do IBAMA, a fiscalização integrada com a Polícia Federal e as Forças Armadas e o uso de imagens de satélite para o monitoramento de desmatamentos e incêndios florestais.

O desmatamento despencou desde 2004, na Amazônia Legal, e o País ainda detém 62% de áreas cobertas por vegetação nativa. Ao todo, são 5,2 milhões de km² de florestas. Esta área preservada equivale a quinze vezes o território da Alemanha ou a 125 Holandas.

Evolução do desmatamento na Amazônia (1000km²)



Fonte: FAO

incluindo emergentes e desenvolvidos, com compromissos que passariam a vigorar a partir de 2020, estão marcadas no calendário da Conferência do Clima. A primeira rodada de negociações ocorrerá de 29 de abril a 2 de maio de 2013, em Bonn, e, talvez, aconteça mais uma, em setembro do mesmo ano. Em 2014, serão duas sessões e, em 2015, a dose se repetirá.

A crise econômica na Europa e nos EUA levou a COP 18 a deixar de cobrar das nações desenvolvidas, que estão lidando com planos econômicos austeros, a apresentação de um calendário sobre como pretendem cumprir o prometido aumento de dez vezes em ajuda, no montante de US $ 100 bilhões por ano até 2020.

Os países desenvolvidos concordaram, em 2009, doar aos países em desenvolvimento US$ 10 bilhões anuais para ajudá-los a se adaptar às mudanças climáticas no período 2010-12. Eles também definiram uma meta separada de US$ 100 bilhões para 2020, mas não disseram o que aconteceria entre 2013 e 2019.

Sempre é bom lembrar que um dos pilares do Protocolo de Kyoto é o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, que corrobora o princípio do poluidor-pagador. Ou seja, as nações industrializadas, que representam 20% da população mundial e que emitiram 80% dos gases do efeito estufa no passado, precisam assumir compromissos mais ousados, para mitigar o aquecimento global, do que os países em desenvolvimento e os emergentes, que responderam por apenas 20% das emissões, não obstante constituam 80% da população.

Olhando pelo lado do agronegócio brasileiro, que, muitas vezes, tem sido acusado de contribuir para o desmatamento no País, a resposta é que estamos muito à frente dos países industrializados, que derrubaram suas florestas, perturbaram o equilíbrio ecológico e ainda se sentem moralmente poderosos para nos cobrar conservação ambiental, como se, no Brasil, não tivéssemos uma das mais rígidas legislações ambientais do mundo e mecanismos de governança que preveem punições aos que desmatam ilegalmente.

Precisamos, sim, reforçar, nas discussões sobre mudanças climáticas, a tese do pagamento por serviços ambientais, em especial para os produtores rurais. Nesse sentido, a balança deveria pesar favoravelmente ao Brasil, que tem feito esforço extraordinário para alimentar sua gente e o mundo com a preocupação de conservar seus recursos naturais. ■

*Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)